

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DAIANE SILVA SOUZA CARVALHO

**OS REFLEXOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E PARA A ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL DE CACOAL-RO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal – RO
2010

OS REFLEXOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CACOAL-RO

Por:

DAIANE SILVA SOUZA CARVALHO

**Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia-UNIR,
campus de Cacoal, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis, elaborado sob a
orientação da Professora Esp. Ellen
Cristina de Matos.**

CARVALHO, Daiane Silva Souza.

Os reflexos do Regime Próprio de Previdência Social para os servidores municipais e para a administração municipal de Cacoal - (RO). / Daiane Silva Souza Carvalho. – Cacoal, 2010. – 28f.

Trabalho de conclusão de curso – Artigo – Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. Curso de Ciências Contábeis.

Orientadora: Especialista Ellen Cristina de Matos

1.Previdência 2.RPPS 3.RGPS 4.Benefício. I Título.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Os reflexos do Regime Próprio de Previdência Social para os servidores municipais e para a administração municipal de Cacoal - RO”, elaborado pelo (a) acadêmico (a) Daiane Silva Souza Carvalho, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Profª. Esp. Ellen Cristina de Matos – Orientadora - UNIR

Profº. Ms. Adriano Tumelero – Membro - UNIR

Profª. Esp. Andréia Duarte Aleixo – Membro - UNIR

Média

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. PREVIDÊNCIA.....	06
2. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	07
3. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	10
4. CONTRIBUIÇÕES.....	11
5. BENEFÍCIOS DO RPPS <i>VERSUS</i> BENEFÍCIOS DO RGPS.....	12
6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	18
7. METODOLOGIA	19
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

OS REFLEXOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CACOAL- RO

Daiane Silva Souza Carvalho¹

RESUMO: Este trabalho demonstra a percepção acerca dos reflexos, tanto para o servidor municipal como para a administração municipal de Cacoal – RO, em virtude da possibilidade de mudança do regime previdenciário que atualmente é o Regime Geral de Previdência Social para o Regime Próprio de Previdência Social. Objetivando pesquisar e apresentar informações sobre os reflexos tanto para os servidores públicos municipais de Cacoal – RO, como para a própria gestão municipal, a pesquisa apresenta abordagem legal sobre a regulamentação dos regimes em questão, por conseguinte conceituando-os e verificando suas vantagens e desvantagens para o campo objeto de estudo, ou seja, os servidores públicos municipais de Cacoal e a Prefeitura Municipal, evidenciando as principais diferenças de um regime para o outro especialmente nos quesitos para o alcance de concessão dos benefícios. A pesquisa de metodologia dedutiva foi do tipo bibliográfica, caracterizando-se assim uma pesquisa exploratória e com análise dos dados. A técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista, onde foram elaborados questionamentos, contendo questões abertas, que foram aplicados na Administração Pública Municipal, e na diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais de Cacoal, representando a classe desses. Os resultados indicaram que são vários os reflexos positivos para o servidor quanto para a administração municipal com a modificação do regime. E quanto aos reflexos negativos são mínimos em relação aos benefícios que serão obtidos.

Palavras-chave: Previdência. RPPS. RGPS. Benefício.

INTRODUÇÃO

A previdência no Brasil comporta dois regimes básicos de previdência que são Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que são instituídos para servidores ocupantes de cargos efetivos. Paralelamente aos regimes básicos, há o regime complementar que abrange tanto o setor público como o privado, sendo que o regime complementar ao RGPS é privado, enquanto o complementar ao RPPS é público, com a finalidade de completar os proventos advindos da previdência social, sendo este de caráter voluntário.

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Prof^a Esp. Ellen Cristina de Matos.

O RGPS é mais abrangente, voltado à proteção dos trabalhadores brasileiros, principalmente da iniciativa privada; o RGPS é organizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Os Regimes Próprios de Previdência são mantidos pela União, pelos Estados e por alguns Municípios em favor de seus servidores públicos e militares, de tal forma que nesses entes federativos, os servidores ocupantes de cargos públicos efetivos não são vinculados ao RGPS, mas sim ao RPPS, desde que existentes. Os Estados e Municípios somente poderão legislar em relação ao RPPS; sendo competência exclusiva da União legislar sobre o RGPS. Ressalta-se que parte dos municípios brasileiros não possui RPPS e, por isso, seus servidores são obrigatoriamente vinculados ao RGPS.

A regulamentação da instituição e funcionamento dos RPPS ocorreu depois de transcorridos dez anos de sua promulgação, com a edição da Lei Federal nº 9.717 de 28 de novembro de 1998, seguida da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Em se tratando de RPPS nos municípios, merece destaque o fato de se o município instituir um RPPS terá de assegurar os benefícios mínimos previstos constitucionalmente, independente do seu desenvolvimento financeiro. A instituição do RPPS não é matéria obrigatória prevista em lei, e sim facultativa, vinculando os servidores dos municípios que não instituíram seu RPPS, ao RGPS.

No município de Cacoal o regime previdenciário adotado pela prefeitura é o RGPS, cogitando-se a possibilidade de mudança para o RPPS, onde o Poder Executivo por meio da Secretaria de Administração, em parceria com a entidade representativa dos funcionários, o Sindicato dos Servidores Municipais de Cacoal (SINSEMUC) estão realizando os levantamentos informacionais, legais e procedimentais necessários para verificar a viabilidade da mudança. Nesse contexto, questiona-se: quais os reflexos para os servidores municipais e para administração municipal resultantes da mudança do RGPS para o RPPS?

Objetivando pesquisar e apresentar informações sobre os reflexos tanto para os servidores públicos municipais de Cacoal – RO, como para a própria gestão municipal, a pesquisa apresenta abordagem legal sobre a regulamentação dos regimes em questão, por conseguinte conceituando-os e verificando suas vantagens e desvantagens para o campo objeto de estudo, ou seja, os servidores públicos municipais de Cacoal e a Prefeitura Municipal. A delimitação do tema restringe-se a uma abordagem teórica sobre Regime Próprio de Previdência Social tendo como público pesquisado o Poder Executivo por meio da Secretaria de Administração Municipal e o Sindicato dos Servidores Municipais de Cacoal

(SINSEMUC), representando a classe dos servidores públicos do quadro efetivo do Município de Cacoal, com a finalidade de esclarecer sobre o impacto e os benefícios que poderão usufruir com a mudança.

Embora o Regime Próprio de Previdência Social já funcione na esfera federal, estadual, distrital e municipal, tendo como base a Reforma da Previdência de 1998 e cada vez mais estudiosos pesquisando sobre o assunto, na Prefeitura Municipal de Cacoal é algo novo quanto a sua implantação.

Diante da possibilidade de mudança de regime previdenciário surge a insegurança por parte dos servidores por desconhecerem a respeito dos benefícios proporcionados pelo RPPS, justificando-se a presente pesquisa por proporcionar direta ou indiretamente a elucidação sobre indagações durante o processamento da mudança de um regime para outro, atingindo as partes abrangidas na causa.

No que cerne à postura da Administração Pública, existem dúvidas quanto à implantação, uma vez que está sendo feito o estudo ainda sobre o assunto, para posterior elaboração do Projeto de Lei e sucessivamente apresentação e apreciação por parte do Poder Executivo, para então encaminhá-lo ao Poder Legislativo, onde ocorrerá o trâmite legal para sua real efetivação.

1 PREVIDÊNCIA

A previdência social nasceu da necessidade do ser humano em garantir ao longo de sua existência mecanismos para atender aos infortúnios da vida, que impedem as pessoas de obterem seu próprio sustento.

No Brasil, a previdência social teve como marco inicial a Lei Eloy Chaves, por meio do Decreto nº 4682, de 24 de janeiro de 1923, a qual determinava a criação das caixas de aposentadorias e pensões para os funcionários das empresas ferroviárias existentes no Brasil. Só mais tarde e devagar foram incluídos outros grupos de profissionais nesse processo (IBRAHIM, 2010).

Com as Emendas Constitucionais (EC) nº 3/93, EC nº 20/98, EC nº 41/2003 e EC nº 47/2005, tem-se buscado implementar o sistema previdenciário no Brasil, objetivando uma maior racionalidade e sustentabilidade fiscal do sistema, ou seja, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial (BRASIL, 2010).

Conforme Martins (2007, p. 77):

É a Previdência Social um conjunto de princípios, de normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família, quando ocorrer certa contingência prevista em lei.

A Previdência Social objetiva assegurar ao público, mediante contribuição compulsória uma assistência quanto a possíveis riscos sociais que qualquer indivíduo está sujeito e isso se dá por meio dos regimes existentes: o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o regime complementar, sendo este de natureza não obrigatória.

2 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Regime Próprio de Previdência Social é o sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, ao servidor titular de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, previstos no Art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil – (CF) de 1988.

É a Lei nº 9.717/98 que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social, bem como outras normas, como as portarias e as instruções normativas do Ministério da Previdência Social (MPS).

A instituição do RPPS se dá a partir do momento da entrada em vigor da lei que o institui, sempre em observância das mencionadas leis.

Segundo Orientação Normativa do MPS nº 02/2009, a gestão do RPPS será única e vinculada ao Poder Executivo, com personalidade jurídica própria para que gerencie e administre os recursos obtidos pelas contribuições dos servidores e do município, o procedimento dar-se-á por meio de colegiado e com representação dos servidores (ativos e inativos) para acompanhamento e fiscalização de sua administração; recenseamento previdenciário quinquenal; publicação de informações; e sistema integrado de dados: concessão, pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão, no mínimo (MPS, 2009).

A CF estabelece no Art.40 o seguinte:

- a) Equilíbrio financeiro: equivalência entre as receitas auferidas as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;

- b) Equilíbrio atuarial: equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente a longo prazo;
- c) Contributividade: Não há benefício (inclusive majoração ou extensão) sem custeio (§ 5º, art. 195, CF) ;
- d) Solidariedade: contribuição dos inativos e pensionistas (BRASIL, 2010).

Quanto à estruturação, existem alguns critérios a serem observados como: a abrangência – só estão vinculados a esse regime exclusivamente o servidor titular de cargo efetivo, ou seja, aqueles que ingressaram no setor público por meio de concursos públicos.

É importante ressaltar que quaisquer outras pessoas contratadas pela Administração Pública para atender da melhor forma possível as suas conveniências e que não ocupem cargo público efetivo são vinculados ao RGPS que, por exemplo, são os empregados públicos e os comissionados, entre outros.

O Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial deverá obedecer à lei específica de atuária e observar através desse demonstrativo se é viável o regime. Juntamente com os demonstrativos das receitas e despesas previdenciárias, e outras informações sobre número de servidores, número de beneficiários, receita e despesa do período, base de cálculo, entre outros itens, deverão ser observadas também quanto à estruturação do RPPS.

Ainda conforme a Orientação Normativa MPS é assegurado a cada servidor o registro individualizado de suas contribuições, com pleno acesso as informações quando necessitar.

Segundo Tavares (2008, p. 372)

Tanto o Regime Geral de Previdência Social quanto os regimes próprios sempre foram baseados no princípio da solidariedade. Estruturados com apoio em um sistema de repartição simples, o filiado não contribui para a formação de um fundo próprio capaz de custear suas futuras prestações previdenciárias. Suas contribuições são vertidas para todo o sistema e servem para pagar as prestações mantidas para o grupo de filiados.

Dessa maneira, a proteção social se realiza por meio da contribuição que é o sustentáculo das aposentadorias e outros benefícios assegurados pelos regimes. Mantendo um ciclo sobre a operacionalização, ou seja, a população economicamente ativa contribui no momento, para pagamentos das prestações do restante do grupo de filiados que por alguma desventura não contribuem mais.

Essa contributividade do sistema previdenciário dos servidores foi a novidade trazida pela CF/88 por meio da EC nº 03/93. E a EC nº 41/2003, que estabelece quem deverá contribuir para o sistema, que no caso são: os servidores ativos, inativos (aposentados) e, pensionistas, juntamente com as entidades públicas.

Contudo, há outros tipos de financiamentos oriundos de receitas de investimentos, patrimoniais, dotações orçamentárias e outros ativos com finalidade afim. Todas as receitas serão revertidas para o RPPS, sendo vedada sua utilização para outros meios em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000.

No Art. 40 da CF/88, dispõe que o RPPS deverá assegurar ao servidor titular de cargo efetivo, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte e *no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social*, isto é, além de garantir das aposentadorias outros benefícios como: auxílio-doença; salário-família; e salário-maternidade também são assegurados aos filiados. E aos seus dependentes a pensão por morte e o auxílio-reclusão, desde que observados requisitos, como se verifica a seguir:

Benefícios	Requisitos
Aposentadoria por invalidez	Comprovação por meio de laudo médico pericial incapaz de exercer o seu trabalho, com critérios definidos em lei.
Aposentadoria compulsória	Segurado com setenta anos de idade;
Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição	Que tenha tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria e sessenta anos de idade e trinta e cinco de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de tempo de contribuição, se mulher.
Aposentadoria voluntária por idade	Caso tenha cumulativamente tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, e sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher;
Aposentadoria especial	O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos, em relação ao item acima.
Auxílio-doença	Será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho, com base em inspeção médica que definirá o prazo de afastamento.
Salário-família	Será pago, em quotas mensais, em razão dos dependentes do segurado de baixa renda nos termos da lei de cada ente. Seguindo subsídios em valor do RGPS;
Salário-maternidade	Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos.
Pensão por morte	Ao conjunto dos dependentes do segurado falecido.
Auxílio-reclusão	O dependente do servidor de baixa renda, recolhido à prisão.

Figura 01: Requisitos para a concessão dos benefícios.

Fonte: (BRASIL, 2010)

Será tomada por base a Lei nº 1.155, de 16 de novembro de 2005 do Município de Ariquemes – RO, uma vez que segundo informações obtidas por meio do representante do SINSEMUC, foi realizada uma visita ao referido município para conhecimento, análise e verificação *in loco* dos procedimentos já aplicados naquele.

3 REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O RGPS foi instituído pela Lei nº 8.213/91, e é gerido por uma Autarquia Federal - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para Tavares (2008, p. 23):

A previdência no RGPS é conceituada como seguro público, coletivo, compulsório, mediante contribuição, visando cobrir os seguintes riscos sociais: incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos de família, morte e reclusão.

No RGPS estão englobados todos os trabalhadores brasileiros, que não estão filiados aos regimes próprios. Com caráter contributivo e filiação obrigatória, procura-se através disso assegurar ao contribuinte meio de existência, se caso ocorrer algum imprevisto no decorrer da sua vida laboral.

Os Segurados Obrigatórios são: empregado; empregado doméstico; trabalhador avulso; contribuinte individual e segurado especial. Contempla também os segurados facultativos e os dependentes.

Esse regime deverá manter o equilíbrio financeiro e atuarial, procurando não gastar mais do que se arrecada.

A seguir demonstram-se os benefícios, beneficiários e serviços que o RGPS proporciona. A referida Lei nos Art. 16 e 18 especifica quanto ao:

Beneficiários	Benefícios
Segurado	Aposentadoria por invalidez; aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade; auxílio-acidente.
Dependente - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;	Pensão por morte; auxílio-reclusão.
Segurado e dependente	Serviço social; reabilitação profissional.

Figura 02: Beneficiários e benefícios concedidos pelo RGPS. .

Fonte: (BRASIL, 1991)

A categoria de dependentes elencados se aplica também aos RPPS, uma vez que é uma norma genérica a ser utilizada pelos regimes próprios.

Quanto aos benefícios e as contribuições, vamos ater somente a categoria dos empregados e empregador, uma vez que é assim que se caracterizam os servidores e prefeitura respectivamente. Os servidores contribuem com um percentual, conforme quadro a seguir sobre o valor do vencimento e a prefeitura paga a contribuição patronal sobre o total das remunerações pagas aos servidores no decorrer de cada mês, em virtude da sua condição de empregadora. Abaixo o quadro dos valores que o INSS disponibiliza para fazer os devidos recolhimentos dos trabalhadores, por meio da Portaria Interministerial MPS/MF N° 333, de 29 de junho de 2010, com vigência a partir da competência de junho de 2010.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO(R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS
até 1.040,22	8,00%
de 1.040,23 até 1.733,70	9,00%
de 1.733,71 até 3.467,40	11,00%

Figura 03: Valores e alíquotas de recolhimento.

Fonte: (MPS, 2010a)

4 CONTRIBUIÇÕES

Informações obtidas pelo ente, através da Secretaria de Administração, as contribuições recolhidas do servidor, conforme tabela apresentada anteriormente é feita pelo próprio órgão que efetua os pagamentos devidos, com a dedução das respectivas alíquotas, e em contrapartida a contribuição da prefeitura, incluindo o Risco de Acidente no Trabalho – RAT é de 22, 7958%, não tendo nenhum tipo de diferenciação em relação às demais empresas enquadradas na mesma atividade.

Já no RPPS é fixado um percentual de 11% como o mínimo a ser cobrado dos seus contribuintes e quanto à contribuição do ente, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor nem superior ao dobro desta, ou seja, será de 11% no mínimo ou de 22% no máximo que o ente pagará de contribuição ao regime. O RPPS será mantido pelas contribuições e outras receitas já mencionadas, porém se houver eventual insuficiência financeira do RPPS, caberá ao ente, no caso a prefeitura cobrir o pagamento de benefícios previdenciários aos contribuintes, mesmo que na insuficiência supere o limite máximo de sua contribuição (BRASIL, 2004).

Integrarão a contribuição por parte do segurado ativo do RPPS: o salário maternidade, 13º salário e o auxílio doença, e quanto aos inativos sobre a gratificação natalina ou abono anual. No que se refere ao RGPS as parcelas integrantes serão sobre: salário maternidade, o adicional de férias, gratificação natalina - décimo terceiro salário, o valor das diárias quando exceder 50% da remuneração mensal do empregado e o auxílio acidente.

A contribuição dos segurados inativos e pensionistas, também de acordo com a Orientação Normativa MPS nº 02/2009, só incidirá sobre os proventos de aposentadoria e pensões pagas pelo RPPS, quando superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, isto é, o limite imposto atualmente pelo RGPS é de R\$ 3.467,40, portanto o servidor que ganhar R\$ 4.000,00 contribuirá para o RPPS, no caso os R\$ 532,60, sobre a parcela excedente. Dessa maneira, a cobrança de contribuição atinge somente aqueles que recebem acima do valor exposto, sejam estes aposentados ou pensionistas (MPS, 2009).

Há imunidade de contribuição aos contribuintes aposentados e pensionistas dos regimes próprios portadores de doenças incapacitantes, e eles perdem a qualidade de imunes quando receberem proventos que superar o dobro do limite máximo para pagamento de benefícios no RGPS. Utilizando o exemplo anterior, o segurado portador de doença incapacitante contribuirá para o RPPS se este ganhar, por exemplo, R\$ 7.200,00 incidindo assim a alíquota sobre o valor dos R\$ 265,20 que ultrapassou o limite.

Ainda em conformidade com MPS (2009), na Subseção IV, no que diz respeito aos servidores cedidos, afastados e licenciados, o cálculo da contribuição ao RPPS será feito com base na remuneração do cargo efetivo de que o servidor for titular, observando os critérios de cada caso.

5 BENEFÍCIOS DO RPPS *VERSUS* BENEFÍCIOS DO RGPS

Entre os regimes RGPS e RPPS existem alguns pontos assemelhados quanto aos benefícios concedidos por um e o outro regime, como por exemplo, é utilizado o teto salarial do RGPS como referência para o teto do RPPS, dispôs a lei sobre tal assunto com o propósito de aproximação da previdência pública da previdência privada, com intuito de reduzir os custos daquela, instituindo um teto geral unificado como valor máximo das aposentadorias e incentivando a previdência complementar. (NASCIMENTO, 2007). A seguir as semelhanças e as peculiaridades de cada um.

Segundo Oliveira (2009), para o segurado de o regime geral conseguir a concessão dos benefícios de: a) auxílio-doença; b) aposentadoria por invalidez; c) aposentadoria por idade; d) aposentadoria por tempo de serviço; e) aposentadoria especial, dependerá do que se chama de período de carência que consiste em um número mínimo de contribuições para a previdência para conseguir se enquadrar como beneficiários de tais aditamentos, em referência aos citados das letras a e b, a quantidade mínima é de 12 (doze) contribuições mensais e nas demais serão de 180 contribuições mensais.

Os casos em que independência do período de carência serão: na aposentadoria por invalidez; auxílio-doença quando esses decorrerem de acidente de qualquer natureza, ou acometido de doença ou afecção dispostas na lei após a filiação; pensão por morte; auxílio-reclusão; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente também decorrente de acidente de qualquer natureza (MPS, 2010b).

No RPPS não existe o período de carência, o que há é uma proteção social para com o servidor, onde o sistema possibilita uma melhor redistribuição de renda e a proteção social mesmo daqueles que por algum infortúnio, não tenham contribuído com a quantia suficiente para, sozinhos, garantir o benefício. (TAVARES, 2008)

Nos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade do RGPS, serão utilizado o cálculo da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a 80% de todo o período contributivo, multiplicando-se pelo fator previdenciário. Cechin e Cechin (2007), analisam o procedimento do fator previdenciário como uma vantagem pela sua flexibilidade, pois leva em conta no momento da concessão do benefício, a expectativa de sobrevida, o tempo de contribuição, a idade e 0,31 de alíquota de contribuição. Já os benefícios de aposentadoria por invalidez; aposentadoria especial; auxílio-doença e auxílio-acidente serão a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a 80% de todo o período contributivo, conforme Art. 29, da Lei nº 8.213/91, incluído pela Lei nº 9.876/99.

No Art. 1º da Lei 10.887/04 quanto ao cálculo de aposentadorias do RPPS se refere que:

[...] será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

Esse artigo se aplica aos benefícios de aposentadorias: por invalidez; compulsória; idade e tempo de contribuição; por idade; especial do professor e para os servidores efetivos

contratados até 16 de dezembro de 1998, sendo para esses facultado o aludido cálculo, se obedecidos alguns critérios.

Na Lei nº 8.213/91, alude que o reajuste de valor dos benefícios em manutenção será anualmente, na mesma data do reajuste do salário-mínimo, pro rata, com datas de início ou do último reajustamento, respectivamente, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – (INPC). E esse valor da renda mensal do benefício não poderá ser menor que o salário-mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-contribuição, sendo essa norma aplicada a todos os benefícios.

No RPPS do Município de Ariquemes - RO, regulamentado pela Lei 1.155/2005 dispõe sobre o reajuste de valores dos benefícios de aposentadorias: por invalidez; compulsória; por idade e tempo de contribuição; por idade; pensão por morte e os servidores efetivos contratados até 16/12/1998, que se dará na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, sendo utilizado o mesmo índice – INPC. E os valores dos benefícios não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS (RONDÔNIA, 2005).

A seguir apresenta-se um comparativo entre os requisitos para concessão de benefícios do RGPS *versus* RPPS.

BENEFÍCIO	RGPS	RPPS
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> - Será acrescido do valor do benefício 25% (vinte e cinco por cento), quando o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa; - a concessão ocorre mediante exame médico-pericial, através do laudo fornecido pelos médicos peritos da Autarquia. Art. 45 e 43. (BRASIL, 1991) 	<ul style="list-style-type: none"> - Se decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, os proventos serão integrais; - se ocorrer por outros motivos serão proporcionais ao tempo de contribuição; - a concessão dependerá de um exame médico-pericial do órgão competente, verificando a condição de incapacidade. Art. 28. (RONDÔNIA, 2005)
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Por idade; - depende que a empresa a requeira; - independe da vontade do trabalhador, se realizado o item acima; - o empregado pode continuar no trabalho, mesmo depois de aposentado; - idade: 70 (setenta) anos, se homem ou 65 (sessenta e cinco) se mulher; - existência do fator previdenciário. Art. 51. (BRASIL, 1991) 	<ul style="list-style-type: none"> - Compulsória; - independe da vontade do servidor; - o servidor é afastado das atividades, não podendo dar continuidade; - idade: 70 (setenta) anos, independente se homem ou mulher; - é declarada por ato de autoridade competente; - inexistência do fator previdenciário. Art. 29. (RONDÔNIA, 2005)
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR	<ul style="list-style-type: none"> - Por idade; - idade: 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher; - concessão dependerá de: apresentação da 	<ul style="list-style-type: none"> - Voluntária por idade; - idade: sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher; - a concessão dependerá de: tempo

BENEFÍCIO	RGPS	RPPS
IDADE	<p>documentação necessária exigida pelo INSS;</p> <p>- cálculo: consistirá numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício;</p> <p>- existência do fator previdenciário. Art. 48 e 51. (BRASIL, 1991)</p>	<p>mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;</p> <p>- inexistência do fator previdenciário. Art. 31. (RONDÔNIA, 2005)</p>
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	<p>- Para os segurados filiados até 16 de dezembro 1998: será com renda mensal de 100% do salário-de-benefício desde que possuam trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos, se mulher;</p> <p>- e com renda proporcional desde que tenha idade de cinquenta e três anos para o homem e quarenta e oito anos para a mulher; tempo de contribuição: trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que faltava para atingir o tempo de contribuição do item antecedente.</p> <p>- os segurados inscritos posteriores aquela data, irão usufruir do benefício através da comprovação de trinta e cinco anos de contribuição, se homem ou trinta anos de contribuição, se mulher;</p> <p>- existência do fator previdenciário. Art. 223 e 225. (MPS, 2010b)</p>	<p>- Idade: sessenta anos de idade e trinta e cinco de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de tempo de contribuição, se mulher;</p> <p>- a concessão dependerá de: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria. Art. 30. (RONDÔNIA, 2005)</p>
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR-RGPS APOSENTADORIA ESPECIAL DO PROFESSOR - RPPS	<p>- Professor;</p> <p>- independe de idade;</p> <p>- trinta anos de tempo de contribuição, se homem, e vinte e cinco de tempo de contribuição, se mulher;</p> <p>- comprovação de tempo efetivo e exclusivo as funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Art. 227. (MPS, 2010b)</p>	<p>- Professor;</p> <p>- idade: cinquenta e cinco anos de idade e trinta de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco de tempo de contribuição, se mulher;</p> <p>- comprovação de tempo efetivo e exclusivo as funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;</p> <p>- a concessão dependerá de: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria. Art. 60. (MPS, 2009)</p>
APOSENTADORIA ESPECIAL	<p>- Ao trabalhador que esta sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;</p> <p>- período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos;</p> <p>- a concessão dependerá da comprovação junto ao INSS do tempo de trabalho constante nas condições mencionadas, mediante documentação exigida pelo órgão;</p>	<p>- Inexistente até o momento.</p> <p>- Segundo informações da Diretoria do Instituto de Previdência de Ariquemes (IPEMA), não existe regulamentação, porém esta tramitando no Congresso Nacional um Projeto de Lei sobre o assunto, mas não se tem nada aprovado.</p>

BENEFÍCIO	RGPS	RPPS
	<p>- renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.) Art. 57, §1º e §2º. (BRASIL, 1995)</p>	
AUXÍLIO-DOENÇA	<ul style="list-style-type: none"> - A renda mensal inicial consistirá de noventa e um por cento do salário-de-benefício ; - não será devido o benefício se o segurado ao filiar-se no RGPS, já for portador da doença; exceto quando a incapacidade suceder por progressão ou agravamento desta; - será submetido a perícia médica da Previdência Social, após o quinze primeiros dias de afastamento; - esse segurado é considerado pela empresa como licenciado, uma vez garantida a licença remunerada a diferença entre o valor do auxílio e o da licença será paga pela entidade; - será suspenso quando o segurado deixar de submeter-se a exames médico-periciais, a tratamentos e a processo de reabilitação profissional proporcionados pela Previdência Social, exceto em alguns casos elencados na lei. Art 185, I . Art. 274 e 286. (MPS, 2010b) 	<ul style="list-style-type: none"> - O valor consistirá no ultimo subsídio ou a última remuneração no cargo efetivo; - o prazo poderá ser prorrogado depois do segurado se submeter a uma nova inspeção médica; - os primeiros quinze dias consequentes de atestado médico, serão pagos pela prefeitura; - se impossibilitado de readaptação deverá ser aposentado por invalidez. Art. 32 e 33. (RONDÔNIA, 2005)
SALÁRIO-MATERNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Período para recebimento do benefício é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, inclusive para a segurada aposentada que voltar a atividade; Art. 71. (BRASIL, 2003) - o valor do benefício será igual à última remuneração; Art. 72. (BRASIL, 2002) - em caso de aborto, não criminoso e adoção ou guarda judicial, os períodos são distintos, sendo naquele de duas semanas e nestes de 120 (cento e vinte) dias, se a criança menor de um ano, 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre um e quatro anos e 30 (trinta) dias, se a criança tiver entre quatro e oito anos. Art. 71-A. (BRASIL, 1999) 	<ul style="list-style-type: none"> - Período para recebimento do benefício é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, podendo esse prazo ser aumentado por mais duas semanas em casos excepcionais; - o valor do benefício será igual à última remuneração; - em caso de aborto, não criminoso e adoção ou guarda judicial, os períodos são distintos, sendo naquele de duas semanas e nestes de 120 (cento e vinte) dias, se criança menor de um ano, 60 (sessenta) dias, se tiver entre um e quatro anos e 30 (trinta) dias, se tiver entre quatro e oito anos. Art. 34 e 35. (RONDÔNIA, 2005)
SALÁRIO-FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> - Será devido, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparado (O enteado e o menor tutelado), até a idade de quatorze anos ou inválido de qualquer idade; - os aposentados por invalidez, por idade e com 65 (sessenta e cinco) anos, se homem e 60 (sessenta) anos, se mulher, será pago o benefício juntamente com a aposentadoria; - a condição necessária para o pagamento é a apresentação dos seguintes documentos: certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação 	<ul style="list-style-type: none"> - Será devido, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparado (O enteado e o menor tutelado), até a idade de quatorze anos ou inválido de qualquer idade; - os aposentados por invalidez, por idade e com 65 (sessenta e cinco) anos, se homem e 60 (sessenta) anos, se mulher, será pago o benefício juntamente com a aposentadoria; - a condição necessária para o pagamento é a apresentação dos seguintes documentos: certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação

BENEFÍCIO	RGPS	RPPS
	<p>de frequência à escola do filho ou equiparado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - esse benefício não se incorpora, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício; Art. 65, 66, 67, 70. (BRASIL, 1991) - valor de: R\$ 27,64 e R\$ 19, 48, para quem recebe até R\$ 539,03 e de R\$ 539,04 até R\$ 810, 18, respectivamente. Art. 4. (MPS, 2010a) 	<p>de frequência à escola do filho ou equiparado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - esse benefício não se incorpora, para qualquer efeito, ao subsídio, á remuneração ou ao benefício; -quanto ao valor é o mesmo do RGPS. Seção VIII. (RONDÔNIA, 2005)
PENSÃO POR MORTE	<ul style="list-style-type: none"> - Será concedida aos dependentes a contar: do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; do requerimento, quando requerida após o prazo previsto anteriormente; da decisão judicial, no caso de morte presumida; - o valor será de cem por cento da aposentadoria ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez, na data do falecimento; Art. 74 e75. (BRASIL, 1997) - a concessão não será diferida pela falta de habilitação de possível dependente ou que posteriormente importe inclusão ou exclusão de dependente; - o cônjuge ausente não exclui o direito desse benefício o companheiro ou companheira, se provar dependência econômica, e o divorciado ou separado judicialmente, se este recebia pensão alimentícia; Art. 76. (BRASIL, 1991) - havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais, sendo revertido em favor dos demais à parte daquele que o direito cessar; Art. 77. (BRASIL, 1995) - a pensão provisória será concedida, por meio de declaração judicial, depois de seis meses de ausência, por morte presumida do filiado; e mediante prova de desaparecimento em consequência de sinistro, nesse caso não necessitando da declaração judicial. Art. 78. (BRASIL, 1991) 	<ul style="list-style-type: none"> - Será concedida aos dependentes a contar: do dia do óbito; da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; e da data do desaparecimento do segurado por sinistro; - o valor corresponderá à totalidade dos proventos percebida pelo aposentado, até o teto dos benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou total da remuneração do servidor, até o teto dos benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o servidor estiver em atividade quando falecer; - a concessão não será diferida pela falta de habilitação de possível dependente ou que posteriormente importe inclusão ou exclusão de dependente; - o cônjuge ausente, não exclui o direito desse benefício o companheiro ou companheira, se provar dependência econômica; - havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais; - a pensão provisória será concedida, por meio de declaração judicial, por morte presumida do filiado; e mediante prova de desaparecimento em consequência de sinistro; - admiti-se o recebimento de até duas pensões, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira; - não tem direito a pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado na morte do segurado. Art. 40, 41, 42 e 45. (RONDÔNIA, 2005)
AUXÍLIO-RECLUSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço; - se o segurado recluso em regime fechado ou semi-aberto, exercer atividade remunerada e contribuir como contribuinte individual ou facultativo, os dependentes não perderam o benefício; - havendo mais de um dependente, será 	<ul style="list-style-type: none"> - Será concedido aos dependentes do servidor segurado de baixa renda, recolhido à prisão, que não perceber remuneração dos cofres públicos, e correspondente à última remuneração do segurado no cargo efetivo; - havendo mais de um dependente, será rateado entre todos, em partes iguais; - será devido a partir da data em que o segurado preso deixar de perceber remuneração dos cofres públicos; - faz-se necessário o documento que

BENEFÍCIO	RGPS	RPPS
	<p>rateado entre todos, em partes iguais;</p> <p>-faz-se necessário o requerimento instruído da certidão do efetivo recolhimento à prisão e também a apresentação da declaração da permanência na condição de presidiário; Art.80. (BRASIL, 1991)</p> <p>- será concedido esse benefício para segurados em que o salário-contribuição não ultrapasse R\$ 810,18. Art. 5. (MPS, 2010a)</p>	<p>comprove o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos e da certidão do efetivo recolhimento à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo esta renovada trimestralmente;</p> <p>- se o segurado falecer na prisão, o benefício será convertido em pensão por morte. Art. 47. (RONDÔNIA, 2005)</p>
ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO	- Não existe esse benefício.	- Fará jus ao abono de permanência o servidor que tenha completado os requisitos para aposentadoria por idade e tempo de contribuição, que queiram permanecer em atividade até a aposentadoria compulsória, sendo o valor o total da sua contribuição previdenciária. Art. 7. (BRASIL, 2004)
ABONO ANUAL	- Conhecido como décimo terceiro salário ou gratificação natalina dos trabalhadores, corresponde ao valor da renda mensal do benefício no mês de dezembro ou no mês da alta ou da cessação do benefício, para o segurado que recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte ou auxílio-reclusão. Art. 345. (MPS, 2010b)	<p>- Será pago ao servidor que tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença, pagos pelo regime;</p> <p>- sendo proporcional em cada ano ao número de meses de benefício, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro ou da cessação do benefício. Art. 48. (RONDÔNIA, 2005)</p>

Figura 04: Comparativo entre os requisitos para a concessão dos benefícios do RGPS *versus* RPPS.

Fonte: Com base na legislação citada.

Para Ibrahim (2010, p. 36), “o ideal seria a unificação dos regimes básicos da previdência brasileira”, preservando algumas características, evitando assim a mistura de variedade existente dos regimes previdenciários.

6 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Um segurado que trabalhou para a iniciativa privada e consequentemente era filiado ao RGPS, permanecendo nessa condição por vários anos e depois fazendo um concurso público se enquadrando como servidor público municipal, sendo filiado ao regime próprio do ente. Quando esse indivíduo for se aposentar, haverá a soma dos períodos de trabalho, tanto do RGPS quanto do RPPS, desde que não se manifeste ao mesmo tempo que o outro, sendo chamado de contagem recíproca, em virtude desse fato surge a compensação previdenciária.

No Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2008, p. 86), menciona a finalidade dessa compensação previdenciária que é:

[...] evitar que os regimes responsáveis pela concessão do benefício sejam prejudicados financeiramente por serem obrigados a aceitar, para efeito de concessão do benefício o tempo de filiação a outro regime sem terem recebido as correspondentes contribuições.

Dessa maneira, o segurado não perderá em nenhum momento as contribuições realizadas tanto para um regime quanto para o outro, pois com esse dispositivo legal ninguém sairá perdendo, nem o segurado que é a parte principal do objetivo de tal norma, nem as autarquias, uma vez que ao assumirem a obrigação de efetuarem o pagamento do benefício, haverá uma distribuição de acordo com o período, do ônus desse pagamento, isto é, assumirão compromissos dos quais de um jeito ou de outro teriam que assumir, porém sem nenhum prejuízo.

7 METODOLOGIA

O método de realização da pesquisa foi o dedutivo, utilizando-se de uma situação geral para explicar as particularidades, desenvolvendo-se via pesquisa bibliográfica realizada com base em documentos já elaborados, sejam eles livros, teses, dissertações, artigos científicos, periódicos, caracterizando-se assim pesquisa exploratória que conforme Gil (2006), em virtude de que o objetivo principal é aprimorar idéias, proporcionando maior conhecimento sobre o assunto.

Por ocasião da realização da entrevista, técnica de pesquisa utilizada, foram elaborados questionamentos, contendo questões abertas, onde foram aplicados durante entrevista na Administração Pública Municipal, na ocasião representada pelo Secretário Municipal de Administração Sr. Jader Maia Marques, com o representante, então presidente do Sindicato o Sr. Edmar da Silva Rodrigues, e também ao assessor jurídico do Sindicato o Sr. Jean de Jesus Silva, representando a classe dos servidores públicos municipais, o SINSEMUC.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apresentada delimita-se ao tema RPPS, tendo como público alvo a ser pesquisado o Poder Executivo, representado pela Secretaria de Administração Municipal de Cacoal (RO), a qual tem como secretário responsável o Sr. Jader Maia Marques.

Enquanto público alvo, também foi realizada entrevista com o Sr. Edmar da Silva Rodrigues, juntamente com o Sr. Jean de Jesus Silva, sendo este assessor jurídico e aquele presidente do SINSEMUC representando a classe dos servidores públicos do quadro efetivo do Município de Cacoal, com a finalidade de esclarecer sobre os reflexos para os servidores municipais advindos da mudança do RGPS para o RPPS.

Na realização da entrevista foram realizados questionamentos ao Sr. Jader Maia Marques, por meio de roteiro de entrevista contendo questões semi-estruturadas, sendo que questões semi-estruturadas são aquelas que segundo Michel (2005, p. 45), “O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada; permite explorar mais amplamente uma questão”. O mesmo procedimento de entrevista foi realizado com o Sr. Edmar da Silva Rodrigues, representante do SINSEMUC e com o Sr. Jean de Jesus Silva, assessor jurídico do SINSEMUC.

No dia dez de novembro do ano de 2010, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cacoal, o Secretário de Administração Sr. Jader Maia Marques foi entrevistado e a respeito das respostas obtidas seguem as considerações.

Sobre a possibilidade de mudança do regime previdenciário, o Sr. Secretário iniciou sua ponderação afirmando que a criação de um RPPS depende da Administração Pública Municipal somente para a elaboração da lei de criação do referido regime e sendo esta aprovada, o RPPS será gerido sem vínculos relacionados à gestão municipal, uma vez que o regime é autônomo e totalmente independente e são os próprios servidores que gerenciam.

A respeito da mudança e a influência sobre o orçamento do Município de Cacoal pode-se observar, uma economia de aproximadamente 12% sobre o total da folha de pagamento, representado R\$ 380.000,00.

O Sr. secretário ressaltou que em visita realizada por parte dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, os mesmos comentaram que os principais problemas na implantação do RPPS para os Municípios tratam-se da interferência da administração municipal e má gestão dos recursos. Como exemplo, citou a publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 1539 de 27/07/2010, o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no qual consta caso julgado irregular quanto à prestação de contas do regime próprio de previdência social do Município de Monte Negro. Explicou ainda, no tocante aos investimentos e as aplicações a serem realizadas, tornando-se necessária a utilização dos serviços de instituições financeiras “vinculadas” à União como é o caso do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, como garantia contra insolvência, procurando evitar o relacionamento com instituições financeiras de caráter privado que tendem a ser instáveis, em

virtude de maior possibilidade de falência proporcionando ao servidor insegurança quanto ao amparo a ser proporcionado pelo regime.

Quanto às vantagens mais significativas para a Prefeitura Municipal de Cacoal, o Sr. Secretário citou as seguintes: redução financeira por ocasião de possível redução da alíquota patronal, reduzindo o valor monetário que é repassado ao INSS, proporcionando menor desembolso; a agilidade na concessão de benefícios, reduzindo os problemas, como por exemplo, quando o servidor é licenciado pelo INSS e no término da licença o mesmo não se encontra apto ainda para desenvolver as atividades, a autarquia marca uma nova data para perícia, data esta que é longínqua e nesse período o servidor fica sem subsídios para seu sustento, ocasionando constrangimentos para o servidor e dificuldades para a prefeitura em resolver a situação; e as contribuições de servidores, bem como a patronal sobre a folha de pagamento que hoje é cerca de R\$ 1.000.000,00 que é repassado para o INSS ficaria totalmente para o município, fomentando de maneira direta e indireta a sua economia.

Considerando que na presente data são utilizadas as alíquotas de 8%, 9% e 11% , que são descontadas do servidor dependendo da renda obtida pelos mesmos, e quando perguntado sobre a desvantagem do possível aumento dessa alíquota, principalmente para aqueles que auferem renda que se descontam os 8%, por exemplo que passariam a ser no mínimo de 11%, que é o que a lei estabelece, o entrevistado avaliou que a princípio poderia representar uma desvantagem, entretanto no que tange a benefícios imediatos e futuros a compensação seria mais satisfatório.

Acerca do processo de atendimento da perícia médica, o Sr. Jader Maia Marques expressou sobre a obrigatoriedade em lei, da formação da junta médica custeada pelo próprio regime. Formada a junta médica a celeridade na concessão dos benefícios que depende da análise desta, seria extremamente considerável.

Em relação aos servidores já aposentados pelo RGPS, o Sr. Secretário esclareceu que os mesmos continuariam recebendo seus benefícios pelo RGPS, como meio de manter o equilíbrio dos regimes. Ponderou sobre a compensação previdenciária, que utiliza as contribuições realizadas ao outro regime, porém com um ressarcimento para com aquele que efetuará o pagamento dos benefícios futuros.

No que diz respeito aos valores dos benefícios pagos pelo RPPS, em comparação com os pagos pelo RGPS, o entrevistado elucidou sobre o acréscimo na rentabilidade, principalmente naqueles benefícios em que se aplica o fator previdenciário.

Quando questionado sobre as desvantagens para o servidor com a mudança do regime, o Sr. Jader Maia Marques pronunciou que havendo uma gestão plena, o servidor não teria

nenhuma desvantagem com a troca de regime, elucidando que as principais vantagens para o servidor são as seguintes: fomento na economia do benefício, sendo o valor dos benefícios maiores do que os oferecidos na atualidade; valor integral em qualquer tipo afastamento; e a burocracia reduzida a zero no tocante à concessão dos benefícios.

Também no mesmo dia e local da entrevista acima mencionada, o SINSEMUC representado pelo seu Presidente Edmar da Silva Rodrigues, concedeu a entrevista e em relação às repostas obtidas seguem as ponderações.

Quando questionado sobre as desvantagens que o servidor teria com a mudança do regime, o Sr. Edmar da Silva Rodrigues fez uma observação sobre a preocupação que o servidor possui em caso falência do regime, promovendo desamparo quanto à proteção social. Outra preocupação relaciona-se à troca da administração municipal, ou seja, nas próximas eleições o novo governante juntamente com sua equipe gestora possam aspirar à extinção do regime, causando assim outra insegurança e receio pelos servidores.

Sendo o regime independente e gerido pelos próprios servidores, indagou-se quanto aos possíveis problemas e o entrevistado explanou que essa gestão deverá ser formada por profissionais diversos e capazes, mantendo a rotatividade dos cargos, para não correr o risco de ingerência. Ainda em relação a essa questão o Sr. Presidente mostrou a apreensão sobre o comprometimento dos servidores com eles mesmos, isto é, o compromisso pela causa e conhecimentos necessários para a devida cobrança e fiscalização.

Foi mencionada durante a entrevista pelo Sr. Edmar da Silva Rodrigues, sobre a realização de visitas *in loco* aos municípios de Ariquemes, Buritis, Ji-Paraná e Ouro Preto. Desses municípios somente Ouro Preto é gerido exclusivamente por servidores, nos demais há interferência por parte da administração municipal, caracterizando-se como um possível problema no futuro.

Sobre as principais vantagens para o servidor, o Sr. Presidente do SINSEMUC ressaltou sobre o aumento nos valores dos benefícios, uma vez que em caso de aposentadoria a base de cálculo é a remuneração efetiva do servidor, ou seja, o valor integral, sendo o valor obtido superior ao proporcionado pelo RGPS; a junta médica será contratada pelos gestores do próprio regime, contando com critérios acurados na prestação dos serviços; a agilidade para receber o benefício, evitando-se constrangimento, aborrecimento e filas enormes enfrentados pelo servidor, o que ocorre atualmente nos postos do INSS; e a diminuição da burocracia na concessão dos benefícios, bem como a fiscalização por parte dos demais servidores que não estão envolvidos diretamente com a direção do regime.

Quanto aos questionamentos realizados diretamente ao Sr. Jean de Jesus Silva, visto que é o assessor jurídico do sindicato, o mesmo expôs suas considerações que seguem.

Sabendo-se que quando criado o regime, ele será independente e com personalidade jurídica própria, diante da afirmação foi questionado se o município responderia solidariamente com o regime em eventuais irregularidades e perante o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Em resposta o Sr. Jean de Jesus Silva explanou que o município somente responderia se houvesse problemas com repasse não realizado para o regime previdenciário, aplicando-se daí as penalidades como o bloqueio de repasses do governo federal para o município, entre outras situações. Porém, se houver algum tipo de improbidade administrativa por parte dos dirigentes do regime, serão esses que responderão por seus atos perante o órgão competente.

Com relação ao aumento da alíquota para o servidor que passaria para 11%, o Sr. Jean de Jesus Silva elucidou que seria uma desvantagem para aqueles que são descontados atualmente alíquotas menores, entretanto quanto aos benefícios posteriores ocorreria uma compensação bem maior, como exemplo citado quando na aposentadoria o servidor aposentar com o último salário, desde que obedecidos alguns critérios legais e a equiparação aos servidores da ativa.

Sobre a perícia médica, o Sr. Jean de Jesus Silva defende que a junta médica a ser formada deverá ser independente e que garanta a transparência e a realidade de cada caso, isto é, ser totalmente neutra no julgamento das decisões tomadas, para não “favorecer” um ou outro, de maneira que falte com a idoneidade nas avaliações realizadas.

No que se refere a valores das aposentadorias pagas pelo RPPS em relação às pagas pelo RGPS, ressaltou que a diferença é significativa, pois no RGPS é utilizada a média das 180 maiores contribuições, aplicando posteriormente o fator previdenciário, dessa maneira se o servidor não teve variáveis maiores durante o período contributivo, o valor da aposentadoria será menor que o seu salário na atividade. No RPPS esse valor seria integral, observando os requisitos constitucionais (estar na mesma função a mais de cinco anos), além da paridade com os servidores da ativa.

Quando questionado sobre os servidores já aposentados pelo RGPS, o Sr. Jean de Jesus Silva afirmou da permanência desses ao RGPS.

No quesito da equipe gestora do regime previdenciário ser dos próprios servidores a realizarem esse gerenciamento, perguntou-se sobre a existência de algum problema referente a esse assunto e o Sr. Jean de Jesus Silva explicou que na formação dessa equipe dirigente terá que utilizar alguns critérios como a qualificação profissional e o histórico da vida do

servidor, sendo a escolha realizada de forma livre pelos demais, para evitar que haja falhas na gestão por deficiências de capacidade.

Contudo, indagou-se a respeito das desvantagens e as vantagens para o servidor com a modificação do regime previdenciário, sobre as quais o assessor jurídico fez as seguintes ponderações: o aumento da alíquota para 11%, em virtude que a maioria dos servidores se enquadra em alíquotas menores a serem descontadas; e a preocupação do servidor do regime previdenciário vir à falência por motivo de ingerência, pois há a exigência no cumprimento dos requisitos legais e diante de tal a possibilidade de solvência é muito remota.

Quanto às vantagens deve-se considerar: a agilidade na concessão dos benefícios (acidentários e doenças), uma vez que nos benefícios de aposentadorias concedidos pelo INSS, se o segurado estiver com a documentação exigida corretamente, a concessão do benefício é bem ágil; o servidor pode administrar seu futuro, uma vez que todos deverão ser conhecedores e entendedores do que irá se passar, porque refletirá diretamente no seu futuro; o aumento de capital no próprio município, visto que o dinheiro arrecadado permanecerá em instituições financeiras locais, contribuindo no aumento de crédito para a população; a aposentadoria no valor integral para os servidores, porque em tese se não alcançar a todos, a diferença de valor seria completado pela Previdência Complementar e como não está regulamentada, o valor integral abrangeria todos os servidores; e a paridade dos aposentados e pensionistas com os servidores da ativa, ou seja, os aumentos concedidos para estes, seria repassado concomitantemente para os aposentados e pensionistas, caso que não ocorre no RGPS.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou-se demonstrar os reflexos na vida do servidor do Município de Cacoal – RO e para Administração Municipal resultantes da mudança do RGPS para o RPPS.

Tanto para o servidor quanto para a administração municipal a princípio não existiria reflexo negativo se a mudança de fato ocorresse, porém como a legislação sobre o assunto sofre constantes mudanças e alterações, não se pode afirmar que se manteria nesse mesmo contexto futuramente.

Considera-se que se ocorrer de fato a mudança do regime previdenciário do Município de Cacoal – RO e a equipe gestora estiver capacitada para gerência do instituto, os reflexos ao servidor e à Administração Municipal serão evidentes, tanto financeiramente quanto no

atendimento prestado, além de indiretamente beneficiar-se com o crescimento da economia local como almejado, uma vez que o dinheiro arrecadado das contribuições permanecerá no município.

Os reflexos positivos para o servidor são vários como se observa durante a pesquisa e que se elenca a seguir:

- 1) a burocracia é zero no que diz respeito a requisitos necessários para a concessão, uma vez que já são possuidores dos documentos de cada servidor;
- 2) a agilidade no tocante ao número de atendimento, uma vez que atualmente trabalharia com 1.681 funcionários do quadro efetivo, diante dos milhões que o INSS trabalha;
- 3) o acesso rápido a avaliação e laudo pericial médico;
- 4) aposentadoria integral;
- 5) em alguns benefícios o valor supera o limite máximo do teto do RGPS;
- 6) inexistência do período de carência;
- 7) inexistência do fator previdenciário;
- 8) abono de permanência;
- 9) gestão e acompanhamento realizado pelos servidores;
- 10) prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e acompanhamento pelo Ministério da Previdência Social.

A Administração Municipal também obterá vantagens com a alteração do regime previdenciário, como a seguir:

- 1) desembolso menor quanto ao repasse da contribuição patronal para o regime próprio, uma vez que a redução da alíquota é possível;
- 2) redução de trabalhos executados pela Administração Municipal, sendo que no quesito de resolução de problemas e concessão dos benefícios não será mais efetuados por esta e sim pelo regime próprio de previdência;
- 3) fomento na economia do município.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações, por exemplo, não foi abordado como se dará a transição para concessão de aposentadoria, onde deverão ser observadas várias regras a serem cumpridas, como se pode citar o ano de ingresso no serviço público, sendo cada ano analisado de maneira diferente, ficando assim como sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS:

ARIQUEMES. Lei nº 1.155 de 16 de novembro de 2005. Esta Lei dispõe sobre a reorganização do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ariquemes – Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.ariquemes.ro.gov.br/imagens/anexos/25440Lei%201155_2005.pdf>. Acesso em: 23/08/2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito federal e dá outras providências. Disponível em : <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13/03/2010.

_____. Lei 10.887, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Atualizada 30 jul. 2010. Disponível em : <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_100730-183114-931.pdf>. Acesso em: 15 ago.2010.

_____. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Atualizada mai. de 2009. Disponível em : <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995. Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Lei nº 9.876 de 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em : <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Lei nº 10.710 de 05 de agosto de 2003. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante. Disponível em : <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Lei nº 10.421 de 15 de abril de 2002. Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em :

<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Lei nº 9.528 de 10 de dezembro de 1997. Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em :

<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público**: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da elaboração da lei orçamentária de 2009. Volume I Manual de Receita Nacional/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008.

CECHIN; José. CECHIN; Andrei Domingues. Desequilíbrios: causas e soluções. In: GIAMBIAGI, Fábio; TAFNER, Paulo. (Orgs.). **Previdência no Brasil**: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

IBRAHIM, Fábio Zmbitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MICHEL; Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MPS. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Interministerial MPS/MF nº 333, de 29 de junho de 2010a. Dispõe sobre o salário mínimo e o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. Disponível em : <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/MF-MPS/2010/333.htm>>. Acesso em: 03 set. 2010.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social/. Instrução normativa INSS/PRES nº 45, de 6 de agosto de 2010b. Dispõe sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão dos direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Disponível em :

<<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/INSS-PRES/2010/45.htm>>. Acesso em 29 ago. 2010.

_____.Ministério da Previdência e Assistência Social. Orientação Normativa SPS nº 02, de 31 de março de 2009.< http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_090505-171130-380.pdf>. Acesso em: 26/03/2010.

NASCIMENTO, Amauri mascarro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 33. e. São Paulo: Ltr, 2007.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual prático de previdência social. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social. 10 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.